

Adusp

INFORMATIVO

Associação dos Docentes

Universidade de São Paulo

Seção Sindical da Andes-SN

Assembléia, 8/12, 17 horas

A Adusp realizará assembléia no próximo dia 8 de dezembro, quarta-feira, às 17 horas, no auditório da Geografia, com o objetivo de debater a Campanha Salarial e o atendimento à saúde na USP. A mobilização da categoria é fundamental, tanto para reverter os dispositivos excludentes adotados no HU quanto para obter melhoria salarial. A corrosão dos salários é nítida, e agrava-se a cada dia com a volta de índices crescentes de inflação mensal. Salários e atendimento de saúde dignos só com pressão organizada!

Reserve já seu convite para o Baile da Adusp no dia 10

A confraternização de fim de ano será no Clube dos Professores, no dia 10 de dezembro, sexta-feira, a partir das 21h00.

Os grupos Peppermint e Fonógrafo Brasil garantirão a animação da noite.

Todo sócio (ou sócia) da Adusp tem direito a um convite para si e outro para um acompanhante. Para o sucesso do evento, é necessário estimar antecipadamente o número de presentes, portanto é indispensável que o convite seja solicitado com antecedência (até 3/12).

Peça o seu pelos telefones (011) 818.4465 e 818.4466, ou então pelo e-mail secretaria@adusp.org.br

REVIRAVOLTA NO HU

Reitoria suspende portaria após passeata

No dia 1º de dezembro, foram realizadas manifestações de professores, estudantes, funcionários e usuários da comunidade do Butantã contra as restrições no atendimento do Hospital Universitário (HU). Após a realização de ato silencioso diante do HU e passeata até a Reitoria, uma comissão de manifestantes foi recebida pelo vice-reitor e presidente do Sisusp, professor José Adolfo Melphi, que anunciou a suspensão da portaria GR-3189 por tempo indefinido, para discussão do seu teor com os usuários do HU.

Na reunião com o Conselho de Representantes da Adusp (*foto*), realizada na segunda-feira, 29/11, o reitor Jacques Marcovitch já havia admitido que poderia revogar a portaria (*leia matéria na página 3*). Também informou a demissão do superintendente do HU, professor Erasmo Tolosa. Sabe-se que havia abaixo-assinado de 61 profissionais do hospital exigindo a saída de Tolosa.

Além da suspensão, Melphi acordou com a comissão a constituição de um grupo de trabalho envolvendo Reitoria, entidades, movimento de saúde do Butantã e Conselho Deliberativo do HU, para discutir o Conselho Gestor do hospital e o atendimento à comunidade. A primeira reunião desse grupo de trabalho deverá realizar-se no dia 6/12 (ou no dia 9/12).



Daniel Garcia

Docentes da Química repelem acusações

Na reunião do Conselho Universitário do mês de outubro, o Sintusp apresentou uma carta-denúncia levantando questões de segurança dos Laboratórios de Química Analítica do Instituto de Química, a partir das denúncias feitas pelo, então,

funcionário Alexandre Henrique Melo. Por outro lado, os docentes da Área de Química Analítica foram acusados de perseguição ao funcionário denunciante, sem que, no entanto, fossem procurados para defender-se ou emitir sua própria versão dos fatos. Para preservar o

direito de defesa desses colegas, que se consideram caluniados e não tiveram assegurado o espaço para contestar as acusações de que foram alvo, a Adusp publica a carta abaixo, enviada ao professor Tibor Rabóczkay, representante dos docentes do Instituto de Química jun-

to à Adusp, e datada de 25 de outubro de 1999.

A diretoria da Adusp remeteu ofício ao Sintusp, em conformidade com o pedido feito pelos professores signatários da carta. Até a data do fechamento desta edição, a Adusp não havia recebido resposta do Sintusp.

Senhor Professor:

Nós, abaixo-assinados, professores da área de Química Analítica do Instituto de Química da USP, solicitamos-lhe que, na qualidade de nosso representante, leve ao conhecimento do nosso Sindicato, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-ADUSP, para as cabíveis providências, a queixa, informações e pedido que seguem.

Um insidioso documento apresentado como “Carta Denúncia” e levado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo-Sintusp, ao Conselho Universitário, na procura da aparência de merecedora de crédito, mescla problemas verdadeiros — cuja solução, já programada pelo Instituto de Química, depende da previsão orçamentária da Universidade — com acusações falsas aos professores da referida área numa tentativa de denegri-los enquanto trabalhadores, cidadãos, educadores.

Assim, a “Carta Denúncia” afirma que o funcionário Alexandre Henrique Melo teria recebido advertência escrita dos professores do “Departamento de Química Analítica” (entenda-se área, já que tal departamento não existe) com falsas alegações. Na verdade, as advertências escritas datadas de 19 de maio de 1998, 15 de outubro de 1998 e 21 de setembro de 1999, respectivamente, trazem o registro de faltas concretas com as obrigações, cometidas pelo funcionário. Somente após ter assinado três advertências o funcionário fez a única “denúncia por escrito”, referente às condições de segurança no laboratório no qual exercia, ou deveria exercer, as suas funções (carta datada de 27 de setembro de 1999), num gesto que antes sugere uma tentativa de tumultuante do que uma preocupação com as condições do laboratório, posteriormente alegada. Entre as causas das advertências (assinadas pelo funcionário) estão: o não cumprimento de horário, ausência do local de trabalho sem aviso prévio, não realização das tarefas de sua competência. Cada uma dessas advertências era seguida de outra, emitida pelo Instituto de Química, nas quais ao funcionário se esclarecia que irregularidades reiteradas autorizam a rescisão de Contrato de Trabalho por justa causa, conforme a lei.

Contrariamente ao sugerido pela carta do Sintusp, o funcionário Alexandre Henri-

que Melo sempre contou com o apoio e a boa vontade dos professores da área, como demonstram os seguintes fatos: a Prof. Dra. Sílvia Helena Pires Serrano encaminhou ao Departamento de Pessoal do Instituto solicitação para o pagamento de adicional de periculosidade ao funcionário, ao que, diga-se, o mesmo fazia jus, já que manipulava substâncias corrosivas e era encarregado da destilação de mercúrio (data da solicitação feita pela professora: 24 de março de 1998); ainda, num gesto inusitado, visando a promoção profissional e abertura de novas perspectivas profissionais para o funcionário, liberou o mesmo de suas atividades por quatro dias (apesar de suas duas cartas prévias de advertência), para que ele apresentasse, como co-autor, um trabalho científico na 22a Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química (Poços de Caldas-MG, 25 a 28 de maio/1999). Esses eventos denunciavam uma atitude positiva, justa, de apoio e amparo em relação ao Sr. Alexandre Henrique Melo; atitude que só se transformou, em função da reincidência no não cumprimento de atribuições pelo mesmo.

Quanto ao Relatório Técnico de Vistoria do engenheiro mecânico e de segurança do trabalho, Eng. Paulo Eduardo S. P. Ribeiro, temos a observar o seguinte: o saneamento da maioria das falhas apontadas independe da vontade dos professores da área de Química Analítica, uma vez que exige verba institucional; o Instituto de Química, ciente dos problemas, já vem realizando as reformas necessárias na medida das disponibilidades orçamentárias. Alguns itens do relatório mereceriam comentários adicionais, como, por exemplo, a afirmação de que (foram encontrados) “Vários produtos armazenados [...] em vasilhame impróprio (plástico)” — ora, qualquer pessoa com algum conhecimento de Química sabe que existem substâncias para as quais o armazenamento em plástico é aceito, ou então mesmo necessário, isto é, armazenamento em plástico não necessariamente é impróprio (o relatório deveria conter o nome das substâncias impropriamente armazenadas, para que a falha pudesse ser confirmada e sanada). Identicamente, a afirmativa de que “Um dos técnicos, responsável pela destilação de mercúrio, não recebeu qualquer tipo de

treinamento para efetuar o trabalho de forma segura”, merece o seguinte comentário: o técnico responsável pela destilação do mercúrio era o próprio Sr. Alexandre Henrique Melo, e o seu treinamento foi feito pelos Profs. Drs. Mauro Bertotti e Roberto Tokoro. Quanto às normas de segurança, o Sr. Alexandre Henrique Melo declarou e assinou, em documento datado de 15 de setembro de 1998, ter conhecimento de todas as diretrizes constantes dos manuais distribuídos nos laboratórios didáticos e de pesquisa do Instituto de Química.

Diante do informado, torna-se claro que o denunciamento precipitado do Sintusp, quando levou afirmativas difamantes sobre os professores da área de Química Analítica ao Conselho Universitário, longe de “salvar” a situação de um funcionário que faltou com as suas atribuições, serve para desunir a classe trabalhadora, uma vez que nós professores somos tão trabalhadores e tão vítimas do sistema neoliberal vigente, quanto qualquer outro trabalhador não docente dessa Universidade; e serve aos inimigos do ensino público gratuito, cada vez mais ameaçado.

Nessas condições, solicitamos à Adusp gestões junto ao Sintusp para que a Diretoria do Sindicato reconheça declaradamente nos mesmíssimos foros em que o ato impróprio da dita denúncia foi perpetrada, que a Diretoria do Sindicato errou ao apresentar a “Carta Denúncia”, sem a preocupação de antes investigar a verdade dos fatos; e que com essa omissão o sindicato lançou indevidas suspeitas sobre a integridade moral de professores da área de Química Analítica do Instituto de Química. É o mínimo que pedimos; é o mínimo que podemos aceitar, pois, se é verdade que — como diz o Sintusp — “Preservar a vida é um dever de todos”, não menos correto é que *preservar a verdade e a justiça TAMBÉM* é o dever de todos!

Atenciosamente

Elisabeth de Oliveira, Ivano Gebhardt, Rolf Gutz, Claudimir Lúcio do Lago, Jivaldo do Rosário Matos, Lúcio Agnes, Maria Encarnación V. S. Iha, Nina Coichev, Jorge Cesar Masini, Marina F. Maggi Tavares, Mauro Bertotti, Sílvia Helena P. Serrano, Roberto Tokoro.

Reitor e CR debatem atendimento à saúde

Daniel Garcia

Durante a conversa mantida com os membros do Conselho de Representantes (CR) da Adusp, na segunda-feira, dia 29 (foto), o reitor Jacques Marcovitch admitiu que poderá revogar a portaria GR 3189, que impõe restrições ao atendimento no Hospital Universitário. "Tudo está em discussão", disse o reitor sobre a portaria. "Não tenho nada contra mudar, revogar decisões".

Na sua opinião, o fóro adequado para rever a portaria é o Conselho Universitário (CO): "O CO é o melhor lugar para essa discussão. A reunião de 14 de dezembro tomará a decisão final. Nenhum reitor está acima do CO", disse ele aos membros do CR. A conversa foi solicitada pela Adusp, para que o reitor esclarecesse os critérios adotados na portaria.

O reitor alegou que o prazo de dois meses entre a publicação da portaria e sua entrada em vigor serviria para eventuais modificações, a partir de uma "ampla discussão" das medidas que constam do texto. "O que atropelou foi que o HU deixou de atender pedidos de agendamento. É por isso que a partir daí o Sisusp voltou a se reunir para discutir o tema", informou. Posteriormente, a portaria foi republicada, com algumas alterações.

Segundo Marcovitch, o objetivo da portaria foi o de corrigir o que chamou de "desvirtuamentos" no atendimento hoje existente no HU, para não prejudicar as prioridades do hospital. Ele apontou, entre as distorções, o uso indevido do HU por "parentes colaterais" que dispõem de convênios de saúde, e por alunos de pós-graduação que, dispondo de certo poder aquisitivo, não necessitariam desse benefício.

"Temos evidências de que alunos, que às vezes são professores de outras universidades, acabam estendendo



seus estudos de pós-graduação para continuar se beneficiando do HU. Temos alunos de pós-graduação que trabalham fora e recebem salários razoáveis. Na Faculdade de Direito, muitos são magistrados", argumentou o reitor.

Marcovitch disse que em outubro de 1998 a Comissão de Orçamento e Patrimônio da USP mostrou-se "alarmada" com a evolução dos custos do HU (R\$ 68 milhões em 1997, R\$ 77 milhões em 1998), o que levou à criação do Conselho Supervisor do Sistema de Saúde, ou Conselho do Sisusp, em janeiro de 1999. A portaria 3189 teria nascido, portanto, dessa preocupação em reduzir os custos do HU e manter o equilíbrio econômico-financeiro da USP.

Questionamentos

Os membros do CR e da diretoria da Adusp argumentaram que as medidas adotadas contra os alunos de pós-graduação são impróprias, destacando a importância desses estudantes para as pesquisas realizadas na USP. Observaram ao reitor que as medidas de exclusão atingiriam a totalidade dos alunos da pós-graduação, castigando a todos de forma indiscriminada. Também lembraram ao reitor que, em razão dos baixos salários pagos hoje pela USP a docentes e servidores, o aten-

dimento no HU representa um benefício importante e que não pode ser descartado.

Os representantes observaram, ainda, que o crescimento da demanda no HU, como em toda a rede pública, é reflexo da situação da saúde no país, e que os custos de hospitais universitários são necessariamente mais altos, porque seus objetivos são mais amplos. Mencionaram que o Conselho Nacional de Saúde, reconhecendo essa realidade, propõe que seja discutido o teto da verba SUS dos hospitais universitários.

Frisou-se a necessidade de um conselho gestor no HU, de modo a que os usuários possam participar efetivamente da gestão do hospital, favorecendo-se a existência de um processo democrático de discussão, que, nos últimos anos, inexistiu no hospital. Embora os conselhos gestores sejam obrigatórios na rede SUS, o HU nunca obedeceu a essa norma.

O reitor opinou que o "conselho gestor não serve à interface Sisusp", disse que o financiamento SUS está muito aquém do necessário e informou que a USP tem respondido pela maior parte do financiamento do hospital. No entanto, ele foi enfático ao garantir que o atendimento à comunidade da região do Butantã será mantido sem restrições.

Verbas

A Adusp cobrou do reitor uma posição mais firme da USP no tocante às verbas. Referindo-se à manipulação, pelo governo estadual, de verbas que por direito pertencem à universidade, Francisco Miraglia, vice-presidente da Adusp, afirmou que "a USP nem sempre usa seu peso institucional para denunciar ou reverter esse tipo de coisa", e que, a prosseguirem os cortes de verbas e a atribuição de encargos financeiros indevidos, a universidade corre o risco de não sobreviver.

Marcovitch defendeu-se, argumentando que a USP tem brigado por suas verbas, e citou como uma conquista a incorporação no Orçamento, em 1998, de cotas dos repasses do governo federal relativos à desoneração do ICMS (Lei Kandir): "O embate com o governo do Estado para extrair o que já era nosso está documentado".

Na conversa com o reitor, houve cobranças também quanto à reformulação da CERT e quanto ao reajuste salarial. Marcovitch aceitou o fato de que os salários são muito baixos: "O salário da USP está aquém das necessidades dos nossos professores. A prova é que foi antecipada para fevereiro a discussão salarial".

Cruesp responde a estudo do Fórum e insiste em negociar só em fevereiro

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas-Cruesp enviou ao Fórum das Seis ofício comentando o estudo, apresentado por esta entidade, sobre o impacto de um reajuste de emergência de 10% nos salários pagos a docentes e demais funcionários. São as seguintes as considerações apresentadas pelo Cruesp:

1) Embora tenha utilizado no estudo a Planilha 11 do próprio Cruesp, o Fórum das Seis incluiu, nos cálculos realizados, os repasses referentes à Lei Kandir. O Cruesp considerou aceitável tal procedimento.

2) O Cruesp considerou realistas as hipóteses adotadas pelo estudo para o comportamento da receita no mês de dezembro de 1999: receita igual a novembro; crescimento de 2% em relação a novem-

bro; crescimento de 3% em relação a novembro.

3) O Cruesp, no entanto, considera muito alto o nível de comprometimento das três universidades (ou seja, as despesas com salários, relativamente às transferências de ICMS e repasses da Lei Kandir), diante dos padrões estabelecidos em seus orçamentos "e a experiência de períodos de inflação semelhantes aos de 1999".

4) Também afirma que o reajuste proposto provocaria impacto em todos os meses do ano de 2.000, impacto que não teria sido considerado no estudo do Fórum das Seis, e implicaria gastos adicionais de aproximadamente 171 milhões de reais, acréscimo "incompatível com a realidade orçamentária do próximo ano".

5) O Cruesp alega que a melhor data para nova roda-

da de negociações salariais com o Fórum das Seis é fevereiro do próximo ano, "de posse dos orçamentos aprovados pelos órgãos competentes das três universidades e baseados em informações mais consistentes sobre receita tributária e inflação".

Subestimação

O Fórum das Seis já enviou documento de resposta aos comentários do Cruesp. Esse documento coloca em evidência o orçamento do governo estadual para as universidades no ano 2.000, que, em números redondos, é de R\$ 1,902 bilhão, assim distribuídos: R\$ 1 bilhão para a USP; R\$ 466 milhões para a Unesp; R\$ 436 milhões para a Unicamp.

O orçamento total das estaduais em 1999 é estimado em R\$ 1,735 bilhão. Portanto, o orçamento do ano 2.000

representa um acréscimo de R\$ 167 milhões (1.902 - 1.735 = 167), muito próximo do dispêndio previsto pelo Cruesp com o reajuste de 10%, de R\$ 171 milhões.

O documento leva em conta, ainda, o fato de que o governo estadual tem subestimado, nas suas propostas orçamentárias, tanto a evolução da inflação como a arrecadação do ICMS. Embora a Secretaria da Fazenda estime uma inflação de apenas 6% em 2.000, o IGP-DI, índice usado pelo governo, já acumulou mais de 12% até outubro de 1999, sendo provável que o orçamento nominal das universidades estaduais paulistas seja bem maior que aquele proposto pelo governo. Assim, não haveria problema algum em conceder, imediatamente, o reajuste emergencial de 10% proposto pelo Fórum das Seis.

PRECÁRIOS

EEF rompe contrato e Adusp pede explicações

Adusp acaba de solicitar audiência com o diretor da Escola de Educação Física, com a finalidade de apresentar argumentos acadêmicos para reverter o desligamento da docente Kátia Rubio, que teve sua renovação de contrato negada pelo conselho do Departamento de Esporte.

Nesse Departamento, oito docentes possuem o grau de doutor; os outros sete não. A professora Kátia concluiu o mestrado em março de 1998, e em dezembro desse mesmo ano ingressou no programa de doutoramento. Contratada para o período de novembro de 1997 a no-

vembro de 1999, publicou, nesse intervalo de tempo, seis trabalhos, três deles em colaboração com o professor Antonio Carlos Simões, atual chefe do Departamento.

Para fins de deliberação sobre a renovação contratual, o conselho do Departamento solicitou dois pareceres circunstanciados sobre o relatório apresentado pela docente. Dos pareceres, um foi favorável à renovação e outro foi inconclusivo. Então, foi solicitado um terceiro parecer, também favorável à renovação contratual. Porém, o conselho do Departamento, embora tenha aprovado o relatório da professora Kátia, delibe-

rou que não renovaria o seu contrato.

Inconformada, a professora apresentou recurso ao Departamento, que no entanto manteve a decisão anterior. O recurso, então, será julgado pela Congregação no dia 9 de dezembro. A Adusp tomou conhecimento do caso por intermédio da professora, e já analisou a documentação correspondente, não encontrando justificativa para a decisão do Departamento. A situação criada é típica da insegurança vivida pelos colegas contratados a título precário. A Adusp acompanhará a tramitação na Congregação, e divulgará o desenrolar do caso.

Eleição direta no campus de RP

O professor Sílvio Morato de Carvalho obteve 56% dos votos ponderados na eleição direta para escolha da Chefia do Departamento de Psicologia e Educação da FFCL-USP de Ribeirão Preto, realizada no dia 30/11. A eleição direta foi organizada pela Adusp Regional, Associação dos Pós-Graduandos, Associação Ribeirãopretana dos Funcionários da USP e Centro Acadêmico da Filosofia.

Os votos em branco (ponderados) foram 22,7%, e os nulos 21,2%. Participaram da eleição 63% dos docentes, 74% dos funcionários e 24% dos alunos, totalizando 145 eleitores.

O Departamento aprovou o processo de consulta à comunidade e espera-se que endosse a escolha de Sílvio Morato de Carvalho.